

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do
Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC
Julho de 2024

CAI A PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS QUE NÃO TERÃO CONDIÇÕES PAGAR SUAS DÍVIDAS

A proporção, que era de 7,6% em junho, caiu para 6,6% em julho, atingindo o menor nível desde novembro de 2022. O aumento no emprego formal e melhor controle do orçamento doméstico contribuíram para essa redução.

O nível de endividamento das famílias catarinenses também diminuiu, com uma redução de 2,1 pontos percentuais em julho, atingindo 72,2% das famílias no estado. Essa foi a quarta queda consecutiva do indicador no ano. As famílias catarinenses seguem aproveitando o momento para diminuir suas dívidas, ao invés de se comprometer com novos compromissos financeiros. No Brasil, a taxa de endividamento caiu pela primeira vez desde fevereiro em virtude da melhora do crédito.

Por outro lado, a taxa de inadimplência em Santa Catarina, que representa as famílias com dívidas ou contas em atraso, cresceu 0,3 p.p., atingindo 22% do total de famílias. A taxa de Santa Catarina, empatada com a de Mato Grosso, é a sexta menor do país e está abaixo da média nacional de 28,8%.

Síntese dos resultados da PEIC

Taxa de inadimplência caiu pela quarta vez no ano.

Situação das Famílias	Jun./24	Jul./24	Variação (p.p.)		
			Mês/Mês anterior	Mês/Mês do ano anterior	Fev./20
Famílias endividadadas	74,3	72,2	-2,1	-6,9	6,2
Dívidas ou contas em atraso	21,7	22,0	0,3	-9,0	-6,5
Condições de pagamento					
- Não terão condições de pagar	7,6	6,6	-1,0	-6,6	-5,5

Mês

- A taxa de endividamento foi de 72,2% em julho, com 36,3% das famílias catarinenses considerando-se pouco endividadadas.
- O principal compromisso financeiro das famílias em Santa Catarina é com o cartão de crédito, que representa 88,8% das dívidas em julho de 2024, o maior valor registrado para o mês desde 2010.
- Em média, as dívidas das famílias de SC se estendem por 8 meses;
- A taxa de inadimplência cresceu 0,3 p.p., chegando a 22% das famílias, e o percentual dos que não terão condições de pagar suas dívidas caiu 1,1 p.p.

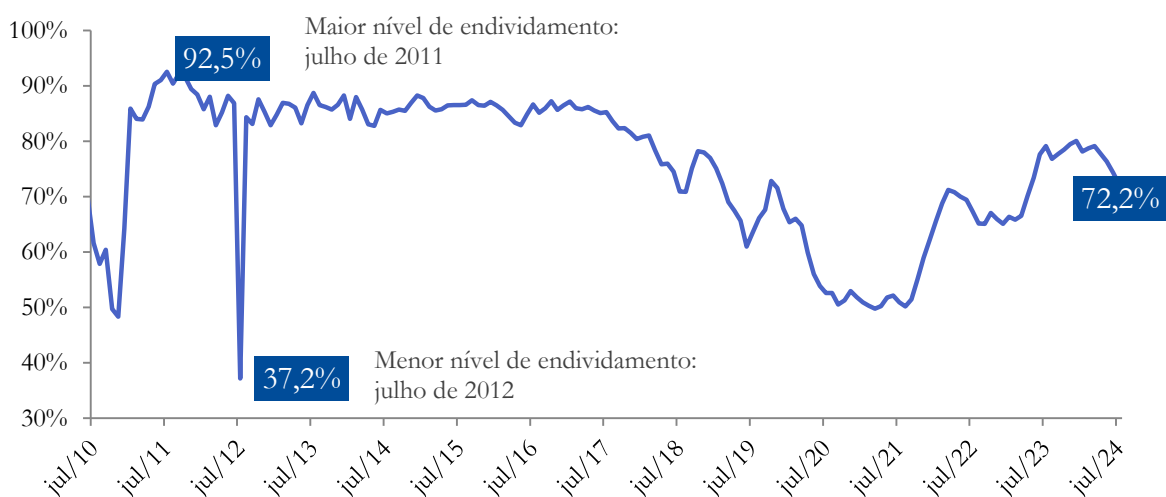
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

A taxa de endividamento recuou 2,1 p.p. em julho, representando 72,2% das famílias catarinenses. Essa é a quarta queda consecutiva do indicador no ano e o nível de endividamento está 20,3 p.p. abaixo do maior endividamento da série histórica (92,5% em julho de 2011). Comparado a julho do ano passado, o endividamento caiu 6,9 p.p.

A redução do endividamento ocorreu em ambas as faixas de renda. Entre as famílias que recebem até 10 salários mínimos, a taxa de endividamento caiu para 74,5%, uma redução de 2 p.p.. Para as famílias que ganham mais de 10 SM, a taxa diminuiu para 64,3%, uma queda de 2,6 p.p.

Série histórica do nível de endividamento

Endividamento está 20,3 p.p. abaixo do maior valor registrado na série histórica.



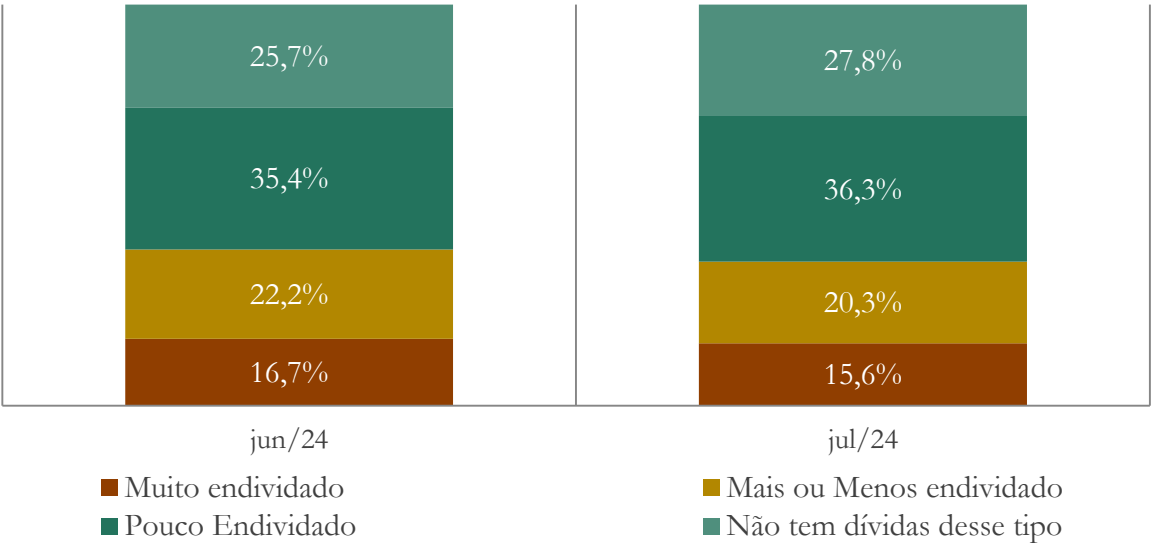
Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

Percepção do nível de endividamento

É maior a parcela das famílias catarinenses que se considera ‘pouco endividada’, uma condição relatada por 36,3% dos endividados. Essa proporção cresceu 0,9 p.p. em relação a junho deste ano. Simultaneamente, o percentual de famílias que se consideram ‘muito endividadas’ caiu 1,1 ponto percentual, atingindo 15,6% dos endividados.

Percepção do nível de endividamento

Percentual das famílias que se consideram ‘muito endividadas’ caiu 1,1 p.p. em julho.



Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

Embora a percepção de pouco endividamento tenha predominado entre as famílias que recebem até 10 salários mínimos (35,3%), essa taxa aumentou em 1,4 p.p. Por outro lado, houve uma redução na percepção de estar muito endividadas, com uma diminuição de 1,7p.p. Entre as famílias que ganham mais de 10 salários mínimos, também é predominante a percepção de pouco endividamento (39,8%), com um aumento de 0,5 ponto percentual, enquanto a percepção de estar muito endividado cresceu 1 ponto percentual.

Percepção do nível de endividamento – faixa de renda (%)

	Até 10 SM	Var. (p.p)	Mais de 10 SM	Var. (p.p)
Muito endividado	17,9%	-1,7	7,7%	1,0
Mais ou menos endividado	21,3%	-1,6	16,8%	-3,1
Pouco endividado	35,3%	1,4	39,8%	0,5
Não tem dívidas desse tipo	25,5%	2,0	35,7%	2,6

Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

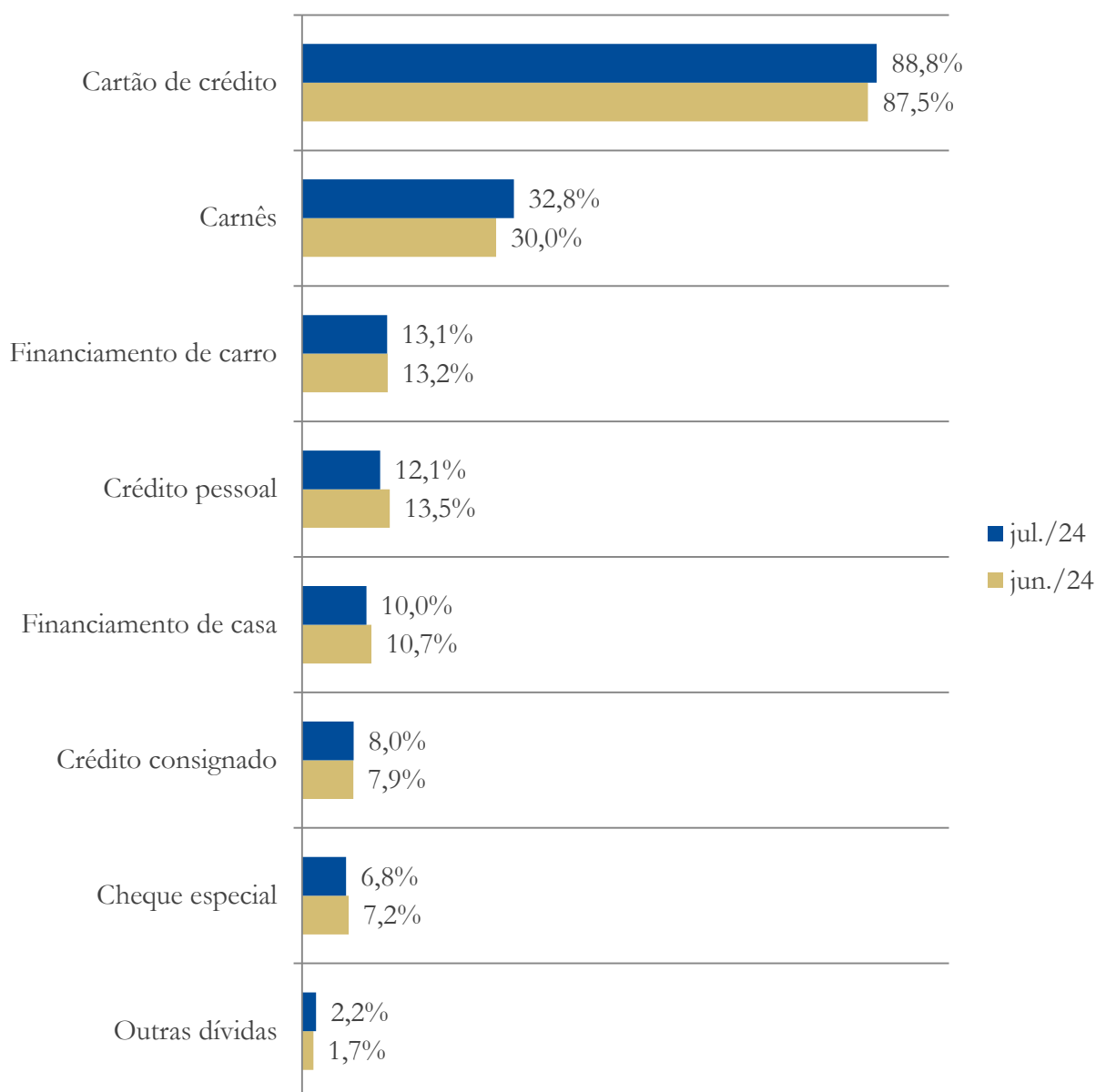
Tipos de dívidas

O principal compromisso financeiro das famílias em Santa Catarina é com o cartão de crédito, que representa 88,8% das dívidas em julho de 2024, o maior valor registrado para o mês desde 2010. Em seguida, estão os carnês (32,8%), as dívidas com o financiamento de carro (13,1%), o crédito pessoal (12,1%), o financiamento de casa (10%), o crédito consignado (8%) e o cheque especial (6,8%). Outros tipos de dívidas representam 2,2%.

Na passagem do mês, caíram as dívidas via crédito pessoal (-1,5 p.p.), financiamento de casa (-0,8 p.p.), cheque especial (-0,4 p.p.), cheque pré-datado (-0,3 p.p.) e financiamento de carro (0,1 p.p.). Por outro lado, cresceram as dívidas via carnês (2,8 p.p.), no cartão de crédito (1,3 p.p.), outros tipos de dívidas (0,4 p.p.) e via crédito consignado (0,1 p.p.)

Tipos de dívidas

Dívidas no crediário (carnês) cresceram 2,8 p.p. no mês.



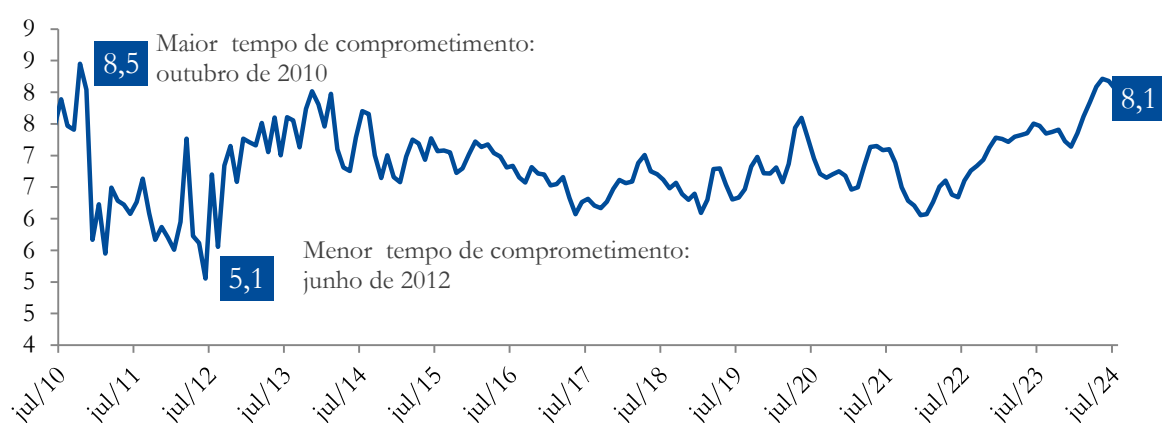
Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

Tempo de comprometimento com a dívida

Em média, as dívidas das famílias catarinenses se estendem por 8 meses. Este resultado está acima do menor nível registrado, quando o tempo médio de comprometimento era de 5,1 meses.

Tempo médio, em meses, de comprometimento com dívida

Ao ampliar o prazo de pagamento, as famílias buscam aumentar a renda disponível.

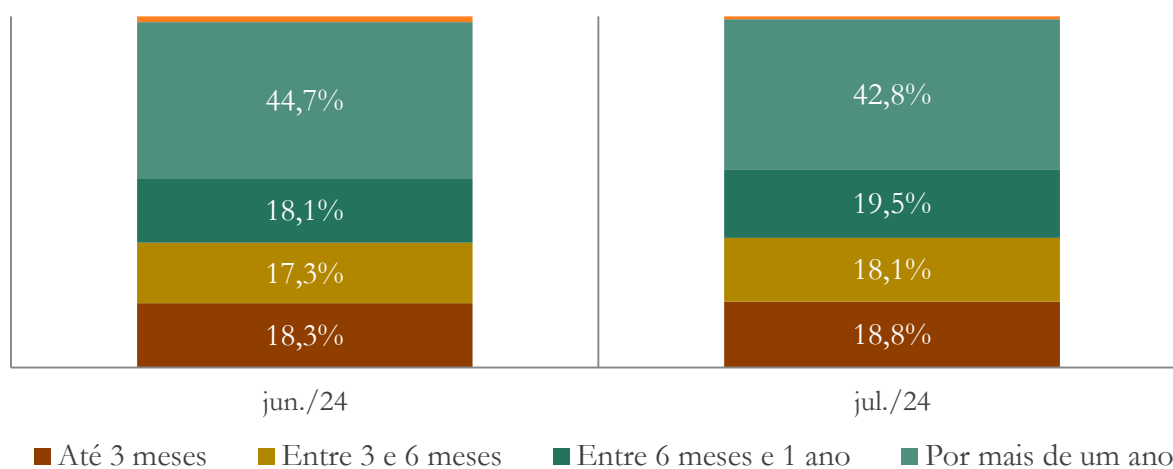


Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

A maioria das famílias está comprometida com dívidas por mais de um ano, uma situação relatada por 42,8% das famílias. Comparado a junho deste ano, houve uma queda de 1,8 p.p. As dívidas com prazo de até três meses cresceram 0,5 p.p, representando 18,8% das famílias, enquanto as dívidas com prazo entre seis meses e um ano cresceram 1,4 p.p, representando 19,5% das famílias.

Tempo de comprometimento com a dívida

42,8% das famílias estão comprometidos com a dívida por mais de um ano

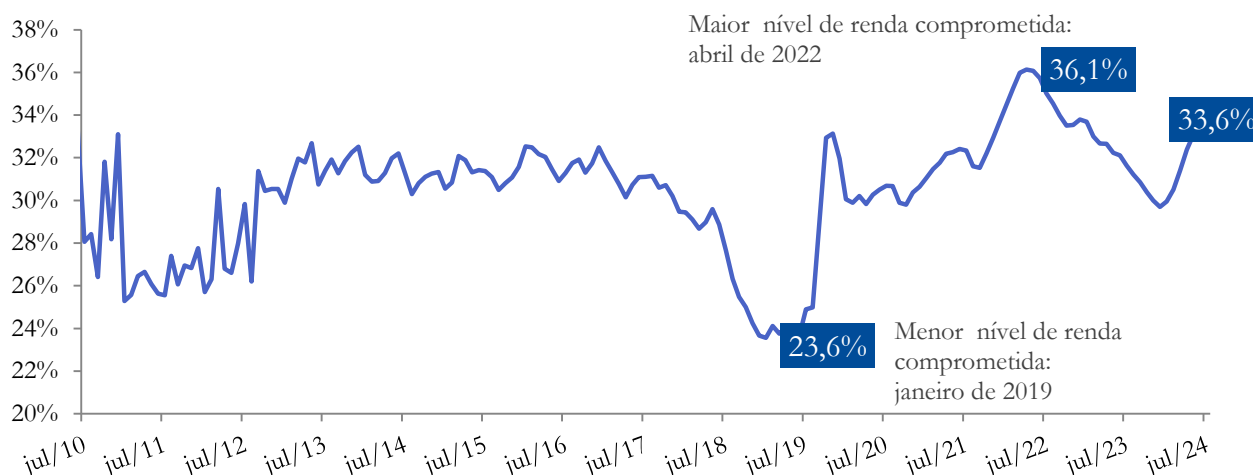


Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

Parcela média da renda comprometida com a dívida

A parcela média da renda comprometida com dívidas aumentou 0,3 p.p., atingindo 33,6%, o maior percentual desde fevereiro de 2023. Este valor está 3,7 p.p. acima do nível registrado na pré-pandemia, que era de 29,9% em fevereiro de 2020, mas ainda está 2,5 p.p. abaixo do recorde histórico de 36,1%, registrado em abril de 2020.

Série histórica da parcela de renda comprometida com dívida

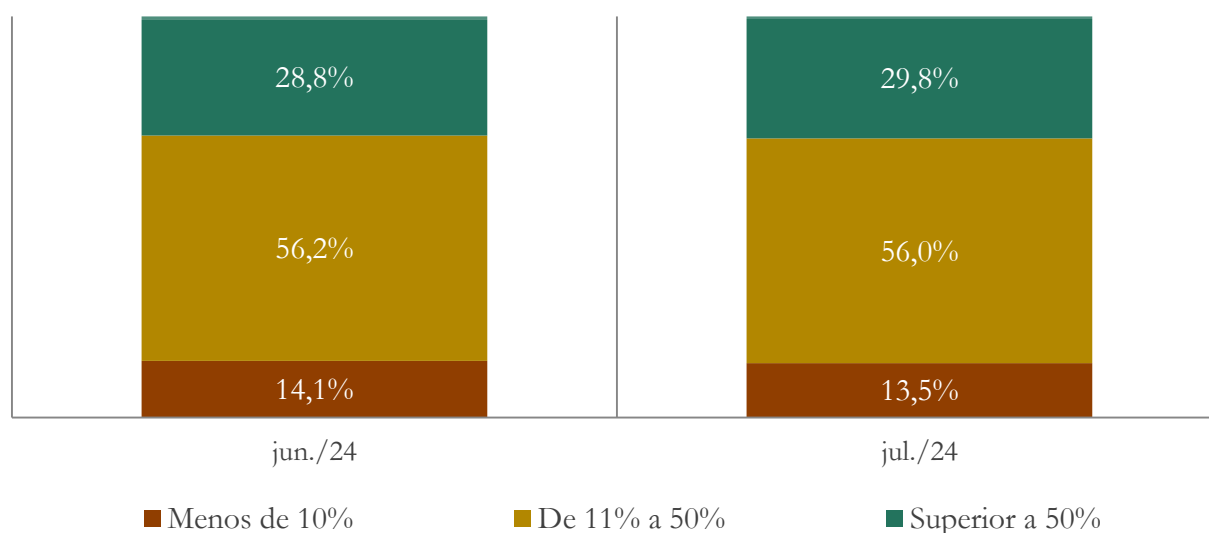


Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

Entre os intervalos, é maior o comprometimento da renda entre 11 e 50%, situação relatada por 56% das famílias. Essa proporção caiu 0,2 p.p. no mês. Em contrapartida, o comprometimento superior a 50% cresceu 1 p.p., chegando a 29,8% das famílias.

Parcela de renda comprometida com dívida

56,2% das famílias tem entre 11% e 50% da renda comprometida com dívidas.



Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

ANÁLISE DAS DÍVIDAS OU CONTAS EM ATRASO (INADIMPLÊNCIA)

Em julho, a taxa de inadimplência cresceu 0,3 p.p, atingindo 22% das famílias. Entre as unidades federativas, o nível de inadimplência no estado é o sexto menor do país, empatando com o Mato Grosso. As menores taxas foram registradas na Paraíba (5,6%), no Paraná (13,8%), no Tocantins (17,8%), em São Paulo (19,9%) e no Sergipe (20,3%).

O nível de inadimplência está 6,5 pontos percentuais menor em comparação com o registrado na pré-pandemia, que era de 28,5% em fevereiro de 2020, e 11,1 pontos percentuais abaixo do recorde histórico de 33,1%, registrado em junho de 2023.

Série histórica da taxa de inadimplência



Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

Na análise por faixas de rendimento, observa-se que nas famílias com renda de até 10 SM, a taxa de inadimplência foi de 25,9%, representando um crescimento de 0,2 p.p. em relação a junho deste ano. Em contraste, nas famílias com renda superior a 10 SM, a taxa de inadimplência é significativamente menor, 10,2%, crescendo 0,5 p.p. no mês.

Taxa de inadimplência – total e faixas de renda (%)

	Jun./24	Jul./24	Var.(p.p)
Até 10 SM	25,6	25,9	0,2
Mais de 10 SM	9,7	10,2	0,5
Total	21,7	22,0	0,3

Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

Famílias que não terão condições de pagar as contas em atraso

O percentual de famílias que não terão condições de pagar as dívidas caiu 1 p.p., representando 6,6% das famílias. Esse é o menor nível desde novembro de 2022. Na comparação entre as faixas de rendas, fica bastante claro que as famílias com menor renda sofrem impacto maior, chegando a 9,6% o percentual das famílias que não terão condições de pagar suas dívidas, queda de 1,1 p.p. na passagem do mês, enquanto nas famílias mais ricas, o percentual é de 0,5%, representando uma queda de 0,5 p.p. no mês.

Parcela dos que não terão condições de pagar a dívida – total e faixas de renda

	Jun./24	Jul./24	Var.(p.p)
Até 10 SM	10,7	9,6	-1,1
Mais de 10 SM	1,0	0,5	-0,5
Total	7,6	6,6	-1,0

Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média em julho de 2024 foi de 60,3 dias, estando um pouco abaixo do mês anterior, quando o tempo médio foi de 61,6 dias. Além disso, o tempo médio em que as dívidas são mantidas em atraso também é inferior ao registrado no período pré-pandemia, em fevereiro de 2020 (66,9 dias). O resultado atual também é menor do que o de junho de 2023 (66 dias).

Tempo de pagamento em atraso, em percentual e em dias.

	Total	Até 10 SM	Mais de 10 SM
Até 30 dias	26,3%	26,7%	25,0%
De 30 a 90 dias	33,4%	28,6%	50,0%
Acima de 90 dias	40,3%	44,8%	25,0%
Tempo médio (em dias)	60,3	61,4	56,3

Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC com dados da CNC.

O tempo médio de atraso entre as famílias que recebem até 10 SM foi maior (61,4 dias) do que as famílias que recebem mais de 10 SM (56,3 dias). Desde outubro de 2023, o tempo médio de atraso de pagamento das dívidas para as famílias que ganham menos vem caindo.

METODOLOGIA

Dada a importância das consequências econômicas e sociais do endividamento das famílias é crucial acompanhar a tendência do endividamento e proceder a um estudo sistemático da natureza e dimensão do mesmo. Com efeito, o endividamento põe em questão o equilíbrio orçamental do indivíduo ou dos seus agregados familiares, com importantes implicações sociais e psicológicas, como a marginalização e a exclusão, problemas psíquicos, alcoolismo, dissolução das famílias, perturbações da saúde física e mental dos filhos das famílias endividadas etc.

É natural que a proliferação de casos de famílias incapazes de cumprir os seus compromissos financeiros seja acompanhada da contração das despesas de consumo privado, especialmente de bens de consumo duradouro, via racionamento do crédito: os casos de insolvência das famílias afetam os níveis de confiança necessários ao normal funcionamento do mercado de crédito. Os problemas de risco moral e seleção adversa são agravados. Também, as instituições financeiras reagem excluindo do mercado de crédito não só os clientes economicamente mais desfavorecidos, mas também certos agentes que, em princípio, não teriam dificuldades em satisfazer os seus compromissos de crédito.

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes no município de Florianópolis com idade superior a 18 anos. Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada. Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da PEIC são:

- Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;
- Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;
- Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.